

MARCAS DA NÃO-IGUALDADE NA/DE FORMAÇÃO: UMA HISTÓRIA DE MULHERES NEGRAS

DANIELLE CHRISTINA DO NASCIMENTO OLIVEIRA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – UERJ/ E-MAIL: danielle.danichris@hotmail.com

ESTELLA SARAIVA LONGA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – UERJ/ E-MAIL: estellasaraiva@hotmail.com

INTRODUÇÃO: um questionamento sobre o empoderamento das mulheres negras no contexto brasileiro

Durante duas décadas mais de 17 mil delegadas e delegados e 30 mil ativistas imaginaram um mundo em que as mulheres e meninas tinham direitos iguais, liberdade e oportunidade em todas as esferas da vida. O mundo reuniu-se em Pequim para a quarta Conferência Mundial sobre a mulher (2014) com essa proposta. Os 189 governos representados adotaram um roteiro visionário para a igualdade de gênero com o papel de montar uma agenda política: “A Declaração e a Plataforma de Ação de Pequim”.

Muito se tem discutido sobre a igualdade de gênero entre homens e mulheres em muitos aspectos e em vários campos (políticos, econômicos, saúde etc.). Contudo, apesar de alguns progressos terem sido conquistados nos últimos 20 anos, nenhum país alcançou essa tão sonhada igualdade.

Na matéria publicada no site da “ONU Mulheres¹”: no intuito de divulgar essa campanha das Nações Unidas para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, provocou-me algumas indagações, tais como: Como alcançar a igualdade entre homens e mulheres se ainda não conseguimos alcançar a igualdade entre as próprias mulheres? Desse modo amplio o questionamento nas relações entre raça e gênero trazendo para o debate o processo de formação educacional/profissional das mulheres negras no Brasil, na medida em que no contexto brasileiro as realidades

¹ Site:<http://www.onu.org.br/pequim20-onu-mulheres-lanca-campanha-para-tornar-igualdade-de-genero-uma-realidade/>. Acessado dia 30 de maio de 2014.

socioeconômicas e educacionais são excludentes para a maioria das mulheres afro-brasileiras.

Preocupo-me com as consequências que sofremos enquanto mulher negra ao longo do tempo, onde apenas a igualdade entre homens e mulheres é almejada, deixando de lado o fato de que ainda não existe igualdade entre as próprias mulheres. Compreendo a preocupação da ONU Mulheres ao publicar essa matéria, porém, minha preocupação principal ainda é com a ausência de tratamento igualitário entre as próprias mulheres – preocupação que se dá devido ao histórico de desvalorização e descaso na formação das populações de sujeitos negros. As diferenças sociais também são históricas, como a de gênero, raça e posição econômica. E, este trabalho visa refletir acerca do passado, problematizando o presente, para uma maior valorização atual da mulher negra, dando ênfase na sua educação – que sempre foi subalternizada e/ou marginalizada, se comparada com a educação da mulher branca.

1. A história e a cor da Educação

Pode-se reproduzir aquela velha história de que o “nascimento do negro” se deu dentro das senzalas ou por “sorte” dentro dos quilombos, porém, a história que vou contar traz o nascimento do negro muito antes do que os livros ou as escolas ensinam.

No Brasil, quando os negros tirados/arrancados de África chegavam, eram considerados inferiores, e sem cultura. Porém, todas as regiões de onde eles eram trazidos tinham cultura própria. Eles vinham aprisionados, viajavam para América e Europa em navios chamados de tumbeiros e/ou navios negreiros, durante dias em precária situação: amontoados, acorrentados, mal alimentados e sob péssimas condições de higiene. (CÁCERES, 2000).

Nota-se que nesse período da escravidão criminosa, o Brasil tinha um fluxo intenso de negros, enquanto “a colônia brasileira do século XVI tinha poucas mulheres portuguesas. Em função disso foi criado no período o mito da mulher branca”. (RIBEIRO, 2000, p.82). Por conta da ausência de mulheres brancas, as mulheres negras que já eram maioria, se encarregavam de fazer de um tudo dentro da casa de seus patrões, desde os serviços domésticos até

atendê-los sexualmente. Nesses casos, a mulher negra, às vezes tinha um tratamento “diferenciado” por seu senhor, causando assim uma rivalidade entre a mulher negra e a mulher branca, que não aceitava tais caprichos.

Sua representação social aumentou o preconceito com relação as mulheres de outras etnias – negras e indígenas –, de condições submissas ao português. Com o aumento da população de mestiços (os mamelucos e os mulatos, que viriam a ser os brasileiros), os jesuítas e a metrópole preocupavam-se com o intuito de reprodução e fixação do padrão étnico europeu/branco. [...] as mulheres brancas seriam meras reprodutoras dos varões portugueses na colônia, e a sua educação existia com esse objetivo. Nos casamentos, não haveria laços afetivos e sim contratos econômicos acertados pelo pai e, na falta desse pelo irmão mais velho. No Brasil-colônia, o homem decidia as ações. Era ele quem dominava, por meio da família patriarcal. (RIBEIRO, 2000, p.82).

Se para as mulheres brancas a educação girava em torno da reprodução (de futuros herdeiros e/ou donos de engenho). As mulheres negras, dentro do sistema escravista e de uma organização pautada no patriarcado, eram objetificadas, usurpadas sexualmente porque elas além de servir nas tarefas da casa, também tinham que satisfazer os “seus senhores”. Após séculos de exploração, ainda há estereótipos da mulher negra como promiscuas.

Nos trabalhos domésticos as crianças negras dormiam com suas mães e, durante o dia, as que ainda mamavam iam com elas para a lavoura, enquanto as outras ficavam com as escravas mais velhas, que serviam de enfermeiras e cuidavam dos escravos doentes. Logo, essas negras mais velhas tornavam-se também amas de leite (mãe-preta) dos filhos das mulheres brancas, e também eram suas “babás”. (CÁCERES, 2000).

No século XIX os estudos sobre eugenia concretizavam as ideias de que os negros (as) e indígenas não eram apenas inferiores, mas também sua miscigenação com o branco contribuiria com a degradação da “raça branca”. Cabiam aos médicos, juristas e educadores zelar pelo embranquecimento da nação – ajustado e adequado aos processos civilizatórios. A educação tinha um papel fundamental na modelagem da população brasileira,

as instituições eram responsáveis por uma intervenção mais direta na população responsabilizada pelo “atraso” do país, são reconfiguradas ideias que orientam os discursos quanto as práticas

corretivas/curativas, que terminaram por atingir diretamente o grupo negro. (MULLER, 2008, p.33).

E mesmo depois de “libertos”, no dia 13 de maio de 1888, os negros ainda permaneciam sem políticas que os ingressassem à sociedade. Diante desta preposição, Maria Lúcia R. Muller (2008) informa que:

Desde meados do século XIX as elites brasileiras preocupavam-se com o futuro do país, dado nossa heterogeneidade racial e cultural. Elas eram influenciadas pelas teorias racistas, europeias e norte-americanas, então em voga, que postulavam uma hierarquia entre as raças e colocavam nos patamares mais baixos dessa hierarquia os povos orientais e negros. [...] Tendo o Brasil uma população predominantemente negra e indígena, suas possibilidades de construir a modernidade e o progresso, diziam, eram praticamente nulas. [...] Abolida a escravidão, transformados todos em cidadãos, a contraposição à igualdade formal entre brancos e negros foi reinventada através da desigualdade no âmbito da cultura. A distinção entre um e outro grupo, uma vez que não podia ser dada a nível jurídico, passou a ser construída em termos simbólicos, visando demarcar diferenças. No Brasil, o preconceito é de marca. A aparência de maior ou menor negritude confere ao indivíduo maior ou menor facilidade de trânsito social. (MULLER, 2008, p.47-48).

Essas concepções raciais, assim como a ideologia da democracia racial, ainda estão presentes na atualidade, continuam e reforçam estigmas que recaem nos espaços de educação. A discriminação racial e de gênero se manifestam nos espaços escolares, nas práticas pedagógicas, nos livros didáticos, nas relações entre professores e alunos.

Considerações Finais

E, com base na metodologia do grupo de pesquisa do qual faço parte – Culturas e Identidades no Cotidiano –, a “metodologia do encontro” (PASSOS, 2014), pretendo estender minhas pesquisas para novos encontros, fora dos encontros e discussões do grupo. Quero ir a campo encontrar e conversar com mulheres “negras que conseguiram escapar vivas”, que mesmo com toda desigualdade entre as mulheres, conseguiram se escolarizar; ouvir suas narrativas sobre escola, alunos e professores, acerca da relevância da presença do negro nos espaços de escolarização construídos a partir da diferença. Questionando-me sobre a educação e as condições para tal que são oferecidas para mulheres brancas e mulheres negras, mesmo após anos ainda

há diferença. Busco contribuir de alguma forma para estudos dessa natureza, “minimizando” as consequências negativas, entendendo a relevância de tal problemática e, da presença do negro em ambientes educativos com currículos e prática homogêneas, onde ainda não conseguimos equiparar a educação da mulher negra com a educação da mulher branca. A partir das relevantes considerações de Milton Santos, as relações raciais não podem satisfazer-se com a mera constatação do racismo, mas principalmente contribuir na reparação social do que ele vem causando historicamente, o que pode ser realizado através da socialização/divulgação dos fazeres de sujeitos afro-brasileiros considerados referências éticas e estéticas.

Referencial Bibliográfico

CÁCERES, Florival. *Sociedade Colonial*. In História Geral, Editora Moderna, p. 229-230, 2000. ISBN 85-16-01562-9.

CÁCERES, Florival. *A descolonização da África*. In História Geral, Editora Moderna, p. 428-429, 2000. ISBN 85-16-01562-9.

FANON. F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

MULLER, Maria Lúcia Rodrigues. *A Cor da Escola – imagens da Primeira República*. Cuiabá/MT : EdUFMT/Editora Entrelinhas, 2008.

PASSOS, Mailsa Carla Pinto. *Encontros cotidianos e a pesquisa em Educação: relações raciais, experiência dialógica e processos de identificação*. Educar em Revista, Curitiba: Editora UFPR, n. 51, jan./mar. 2014, p. 227-242.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. *Mulheres Educadas na Colônia*. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *500 Anos de Educação no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000, p. 79-94.

SANTOS, Milton. É preciso ir além da constatação – entrevista concedida a Mauricio Stycer. In: TURRA, Cleusa e VENTURI, Gustavo. *Racismo Cordial- a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: Datafolha/Ática, 1998.